

O APOIO DOS SOCIALISTAS A CANDIDATURA PRESTES MAIA

O Partido Socialista nada tem a ver com os partidos conservadores que apoiam o sr. Prestes Maia

A III Convenção Estadual de São Paulo, do Partido Socialista Brasileiro, resolveu, por 10 votos contra 5 e uma abstenção, apoiar a candidatura do sr. Francisco Prestes Maia, à governança do Estado. Ao fazê-lo, porém, deixou bem claro, como se pode ver pela leitura do relatório do comp. Plínio Mello, que não se comprometia com o candidato ou os partidos que lhe dessem apoio, a não ser na batalha pela realização de suas reivindicações mínimas.

Essa posição está clara e firmemente estabelecida no discurso que o comp. Cid Franco fez na sessão de encerramento da Convenção, dando ao sr. Prestes Maia os motivos que nos levaram a apoiá-lo, bem como nossa posição frente ao desenvolvimento das futuras lutas políticas.

O DISCURSO DO COMP.
CID FRANCO

E' o seguinte, na íntegra, o texto do discurso do Comp. Cid Franco:

Sr. Prestes Maia: Como primeiro vereador socialista eleito no município de S. Paulo, e com a responsabilidade de pertencer a um partido que combate o regime capitalista, venho, credenciado pelos meus companheiros, dizer-vos algumas palavras.

Por certo, eu me sentiria mais à vontade se estivesse falando a um socialista. Bem sei que não defendeis integralmente o nosso programa. Falo-vos, entretanto, com o desassombro de quem vê, na vossa pessoa, tão somente a vossa pessoa, sem que eu e meus companheiros estejamos assumindo o menor compromisso com os partidos capitalista que também apoiam a vossa candidatura.

Pessoalmente, sinto crescer minha autoridade e minha coerência para vos falar neste instante, porque vos confesso que o meu ponto de vista, vencido na Convenção, era que os socialistas aguardassem o momento — próximo ou longínquo — de ter o seu candidato próprio às eleições do Executivo, candidato que reunisse a vossa honradez pessoal às convicções socialistas.

Possuimos em nossos quadros elementos com a vossa retidão de caráter e dispostos a lutar contra o regime capitalista, a lutar pela socialização gradual e progressiva dos meios de produção e distribuição.

Mas não é esta, ainda, infelizmente, a época propícia para apresentarmos o nosso candidato, saído das nossas próprias fileiras. Por mim, o Partido Socialista Brasileiro aguardaria mais algum tempo ou o tempo que fosse necessário para essa apresentação. Enquanto isso, lutaríamos nos parlamentos, na imprensa, na praça pública, no rádio, em folhetos, em manifestos, contra o regime da exploração da imensa maioria dos homens por uma pequena minoria detentora da riqueza, dos meios de produção e distribuição.

O nosso partido, entretanto, resolveu, democraticamente, pela maioria dos delegados à Convenção, que apoiessem a vossa candidatura — exclusivamente a vossa candidatura e enquanto cumprirdes o mínimo de reivindicações socialistas que aceitastes e incorporastes ao vosso programa de governo.

Não há dúvida que passaremos — de adeptos, ou mais precisamente, de apoiadores de vossa candidatura — e num abrir e fechar de olhos — a adversários de vosso governo, se não quiserdes cumprir o que aquiestes em realizar do nosso programa.

Por ora, meu Partido, acredita que isso não acontecerá, confia na vossa palavra e na retidão do vosso caráter.

Acredita, confia, porque não tem notícia de haverdes sido, até hoje, um aventureiro ou demagogo, desses que iludiram o proletariado com promessas impossíveis de cumprir no regime capitalista.

Fica, portanto, bem claro, sr. Prestes Maia, que o socialista que vos está falando neste instante, em seu nome pessoal e em nome do Partido Socialista Brasileiro, tomou a seguinte posição, com todos os correligionários:

a) Apóia a vossa candidatura.

b) Nada tem que ver, política ou doutrinariamente, com os partidos conservadores e os elementos dos partidos conservadores que também vos apoiam.

c) O Partido Socialista Brasileiro saberá combater-vos no momento em que o mínimo das reivindicações socialistas não merecer a acolhida que até o momento está encontrando em vossa orientação de candidato a governador do Estado de S. Paulo.

(Continua na 6.a pag.)

Folha Socialista

Diretores responsáveis:
Antônio Cândido e
Arnaldo Pedroso d'Horta
Gerente:
Febus Gikovate

ANO II - 1.º DE OUTUBRO DE 1949 - N.º 36
PREÇO DO EXEMPLAR — Cr\$ 0,50
EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Redação:
Praça da Sé, 237 - 2.º and.
Telefone: 3-9784
SÃO PAULO — BRASIL

A Situação Internacional

A III Convenção Estadual de São Paulo aprovou, como contribuição à fixação da linha do Partido Socialista na questão internacional os documentos que publicamos abaixo e já divulgados nesta FOLHA. São eles: o relatório do comp. Antonio Cândido, publicado no n.º 35, as conclusões do artigo do comp. Febus Gikovate, publicado no n.º 34, acrescidas de emendas do comp. Antonio Costa Corrêa; e a resolução da Comissão Estadual sobre "A paz mundial e a posição dos socialistas", publicada no n.º 26.

RELATÓRIO DO COMP. ANTONIO CÂNDIDO

1. O pensamento da Comissão Estadual de São Paulo relativo ao tema presente, já tem ficado expresso em várias oportunidades, de maneira direta ou indireta, como foi o caso das teses aprovadas em Santos, no mês de junho de 1948, sobre a nossa atitude em face do Partido Comunista do Brasil. Dizia-se ali que, não reconhecendo no capitalismo de estado da URSS uma expressão do socialismo, por ele deformado, não reconheciam validade socialista à política soviética. Dizia-se, outrossim que o capitalismo burguês internacional, representado sobretudo pelos Estados Unidos, constituía ameaça permanente ao desenvolvimento da nossa democracia, pela interferência aberta da sua política econômica e financeira em nossa vida. Em vista disso, os socialistas repudiavam ambas as formas de exploração do trabalho humano, recusando tomar partido na luta esboçada entre elas.

2. Nos quatorze meses decorridos, intensificou-se essa luta, com progressos e regressos de ambos os lados. Ambos os lados porfiaram na corrida armamentista (disfarçando-a cada um à sua maneira) e na expansão das zonas de influência e posições estratégicas. Notaram-se as primeiras reações positivas contra a tutela absorvente da URSS, como a espetacular dissidência de Tito e a frago-

rosa derrota dos comunistas nas recentes eleições alemãs. Por outro lado, a ofensiva comunista na China atingiu grandes proporções, criando realmente o problema da expansão mundial efetiva do totalitarismo russo.

Os países chamados democráticos prosseguiram a política tradicional de agressão e opressão, como é o caso da ofensiva holandesa contra a República Indonésia, violando uma trégua patrocinada pela ONU, ou da repressão pela França das reivindicações nacionais indo-chinesas. Os dois lados continuam, portanto, na política imperialista e guerreira.

3. O problema da paz se coloca assim de forma aguda para os socialistas e democratas pacifistas, aos quais incumbe a tarefa difícil e, quiçá pouco esperanzosa, de defen-

der ideologicamente o proletariado e o povo em geral contra as negações e camuflagens dos dois blocos guerreiros. A questão se colocou, e ainda se coloca, a propósito dos chamados pactos regionais de segurança mútua, como o do Pacífico, etc. A URSS deseja a paz enquanto não se encontra preparada para a grande cartada final; as potências ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos, preparam-se para a luta por meio de empréstimos e alianças militares, graças aos quais o capitalismo norte-americano vai armando os países europeus como tropas de choque da sua eventual arcaçada. Assim, pois, é necessário que os socialistas concretizem um programa de luta pela paz, afim de prepararem ideologicamente o povo para discriminar os pacifistas de

(Continua na 4.a pag.)

FOLHA SOCIALISTA

Este número de FOLHA SOCIALISTA é dedicado aos resultados da III Convenção Estadual de São Paulo, do Partido Socialista Brasileiro, e à Convenção Nacional a realizar-se em outubro deste ano, no Rio de Janeiro. Assim, procurou a direção de FOLHA SOCIALISTA oferecer aos companheiros e simpatizantes do socialismo todos os documentos aprovados na III Convenção Estadual e que servirão de base para as discussões que, no Rio, os convencionais paulistas travarão sobre os diversos pontos da ordem do dia.

Todos os problemas da convenção foram discutidos em São Paulo. Os documentos aprovados na Convenção e aqui publicados, constituem a média do pensamento dos companheiros socialistas de S. Paulo.

Os trabalhos dos comps. Alípio Corrêa Neto, Antonio Costa Corrêa e o conjunto de proposições sobre a situação internacional valem, os dois últimos como substitutivos que a delegação paulista levará às teses já propostas pelos relatores oficiais, comps. Domingos Velasco e Hermes Lima, respectivamente, e o primeiro, como contribuição de São Paulo à discussão do assunto, uma vez que a tese do comp. João Mangabeira, relator oficial na Convenção Nacional, somente será conhecida no plenário da convenção de outubro.

A Diretrizes da Política Agrária Socialista

AS DIRETRIZES DA POLÍTICA AGRÁRIA SOCIALISTA

Relator à Conv. Nacional - FULVIO ABRAMO

Na caracterização de suas posições gerais sobre a questão agrária, o PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO reconhece:

1. — que a atual fase da produção agro-pecuária se caracteriza por intensa e profunda revolução técnica, quer nos seus métodos e meios intrínsecos (ou sejam: cultura, criação, novas variedades de plantas etc.), quer nos fatores extrínsecos que a acompanham (transportes, industrialização de seus produtos, distribuição, acentuação dos métodos capitalistas de exploração da terra, etc.);

2. — que essa revolução é condicionada, principalmente, a) pela ampliação cada vez mais rápida do mercado mundial; b) pela crescente industrialização de vastas áreas do mundo, até agora dedicadas exclusivamente à produção de matéria prima e de produtos agro-pecuários; c) pela evolução da técnica, condicionada imediatamente por estes fatores; d) pelo entrelaçamento das relações econômicas entre áreas do mundo, em sistemas fechados, ou semi-fechados, regulados pelas trocas de moedas; e) pela racionalização cada vez mais acentuada que essas condições determinam e, finalmente f), pelas profundas modificações dos grupos sociais ligados à agricultura e pecuária, que acompanham essas causas;

3. — que, entretanto, essa revolução se processa de modo anárquico, respondendo apenas com tendência aos interesses das classes dominantes nacionais e mais claramente, aos interesses das classes dominantes dos países capitalistas mais desenvolvidos, que subordinam o produção agro-pecuária dos demais às suas exigências em produtos alimentícios e em matéria prima a produtos semi-manufaturados para alimentar as suas indústrias;

4. — que a crise agrária, caracterizada pela baixa do lucro da produção e elevação da renda territorial, pelo êxodo das populações rurais e consequente urbanização plêtrica, longe de ser contida pelas necessidades cada vez mais prementes da racionalização da produção em escala mundial, acentua a desorganização e anarquia, especialmente nos países economicamente dependentes e pouco desenvolvidos industrialmente;

5. — que, na escala nacional, as respectivas economias agrárias, além de sofrerem o impacto das exigências do mercado mundial, são profundamente tolhidas e prejudicadas pelo regime de propriedade privada do solo, que não permite uma racionalização adequada às necessidades das populações internas nem das trocas internacionais, impedindo de modo definitivo o desenvolvimento das forças produtivas e a evolução normal daquela profunda revolução técnica que faria para nivelar a produção agro-pecuária à industrial;

6. — que, consequentemente, a divisão nacional do território mundial e a propriedade privada do solo constituem as duas causas principais da impossibilidade de um planejamento racional da produção agro-pecuária, isto é, a escolha exata das regiões de ótimo ecológico e ótimo econômico para cada tipo de cultura;

7. — que, como resultado desse panorama de profundo desajuste entre as necessidades e perspectivas

reais de racionalização da produção e as possibilidades atualmente existentes, as populações rurais sofrem o peso dessa crise, tão profundamente quanto o próprio desenvolvimento econômico da produção. O capitalismo nacional e o imperialismo econômico ou territorial criaram, artificialmente, mais uma causa de descalço das forças produtoras agro-pecuárias, tão grave quanto as que a natureza apresenta a esse tipo de produção;

8. — que, concluindo, o PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO não considera possível uma adequada solução do problema agrário senão sob duas condições: a) em uma economia planejada e racionalizada em escala mundial; b) com a abolição da propriedade privada do solo e sua respectiva socialização integral;

9. — em sua atividade política, considera, pois, o PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO essencial tornar clara e aceita a idéia de que a questão agrária não pode ser satisfatoriamente resolvida dentro dos quadros da sociedade capitalista, ou seja, enquanto se mantiver o regime de propriedade privada dos meios de produção e da terra; e que todos as medidas propostas de reforma agrária que não advoquem a socialização do solo agrário, bem como dos campos de pasto, florestas, rios, etc. não podem resolver nem os problemas da produção agro-pecuária, nem os das classes que estão envolvidos nesse processo de produção;

10. — a fase atual da situação da produção agro-pecuária nacional caracteriza-se também, por uma profunda modificação do quadro que tem apresentado tradicionalmente do país exclusivamente agrário e de exploração de tipo colonial. Essas alterações foram produzidas: a) pelo aparecimento e desenvolvimento da indústria no Brasil, que modificou vários tipos de cultura e a corrente de sua distribuição, e que disputa ao proprietário da terra a mão de obra que, antes de seu atual florescimento, se dedicava exclusivamente à agricultura e à pecuária; b) pelas profundas modificações experimentadas pelo mercado mundial, especialmente em consequência da segunda guerra, tanto no que diz respeito à indústria quanto aos resultados das exigências desta resultam no processo de produção agrária; c) pela criação de aglomerações urbanas desproporcionadas em relação à produção de alimentos necessários; d) pelo desamparo rápido do campo; e) pelo esgotamento de enormes áreas de produção agrícola; f) pela distância que media entre os novos centros de produção e os mercados de industrialização e consumo e, finalmente, g) pela lentidão dos processos retrárgados de produção, conservadorismo das classes dirigentes rurais e completa anarquia administrativa do governo federal bem como dos governos estaduais, incapazes de prever a sua evolução;

12. — a propriedade privada da terra produziu, no Brasil, desde os primeiros séculos de sua formação nacional, um tipo único de produção; a monocultura. Nesse sentido, a sua produção foi até há pouco, de caráter colonial, baseada em

prima ou de produtos cujo consumo externo, muitíssimas vezes maior que o interno, se subordinava à fiscalização e aos caprichos do mercado mundial. O mercado interno era abastecido principalmente por poucos produtos de cultura intermediária ou alternada à grande produção extensiva. Na fase atual, a agricultura evoluiu no sentido de fornecer, à indústria nacional, grande parte de matéria prima de que esta necessita; a produção diversificou-se, aparecendo explorações dedicadas exclusivamente ao mercado interno, enquanto não alcançava vulto mais ponderável; a industrialização do campo progrediu, com o estabelecimento de grande número de usinas beneficiadoras, máquinas de extração (óleo, etc.); criação de granjas baseadas na policultura; da imigração, e introdução de uma técnica mais moderna e auxílio embora escasso e lento da pesquisa científica na direção da agricultura;

13. — entretanto, a produção agrária brasileira continua a ser o fator econômico principal do país, e a exportação de produtos do campo, o maior meio de troca internacional de que dispõe. O país, embora já não exclusivamente, é ainda essencialmente agrário. Sua evolução para o tipo mais racional de produção encontra enormes obstáculos no regime de propriedade privada da terra;

14. — esta representa no Brasil por tradição histórica, o maior freio ao desenvolvimento da economia nacional. O direito de propriedade é praticamente ilimitado, existindo ainda hoje fazendeiros possuidores de extensas incultas maiores que pequenos países da Europa. Tais extensões ficam eliminadas da produção, aumentando, entretanto a renda territorial e tornando cada vez mais inacessível a posse da terra pelo camponês médio e pequeno; o processo de fragmentação produzida pelo herança é mais lento que o percorrido em países europeus, por exemplo, e é substituído pela migração às chamadas "zonas novas", onde a propriedade privada repete o mesmo ciclo das zonas antigas, caracterizado pelo grande propriedade, enquanto dura a fertilidade da terra, e pela sua fragmentação em propriedades médias, quando esta desaparece, dando origem a um tipo de produção destinado ao fracasso devido à baixa produtividade do solo e do trabalhador rural;

15. — a propriedade privada do solo por si só não é causa única da crise agrária brasileira. O baixo rendimento de sua produção, que torna moroso e difícil a acumulação de reservas, impede a introdução de uma técnica adequada e uma racionalização mais acentuada. O custo do capital, que os bancos, aliás, não fornecem senão com limitações extraordinárias, torna ainda mais difícil essa situação. Entretanto, com relação à produção agrária em geral, independente de sua caracterização como fonte de lucro, é a propriedade privada o fator preponderante do atraso de sua evolução;

16. — devido às características do desenvolvimento da economia do Brasil, que não pode ser considerada em conjunto, pois, a sua evolução se processou de modo descontínuo em um território vasto, com extremos de clima, em facies geográficas e geológicas muito diferentes, sem uma centralização administrativa consequente, o panorama

atual da agricultura nacional apresenta diferenças muito grandes, operando a uniformidade do regime de propriedade. A produção inclui desde formas puramente extrativas, borracha, cêra carnaúba, castanhas do Pará e outras, a setores em que já predomina a mais íntima relação entre agricultura e indústria (lã, etc.) A distribuição irregular (toda a faixa média e meridional da costa atlântica) a localização mais arbitrária entre centros de produção e consumo acentuam as diferenças regionais. Dêse modo, a racionalização da produção agrária no Brasil, apresenta problemas numerosos e complicados, devendo o PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO elaborar, para cada região ou zona agro-pecuária, um plano de reformas e modificações que permitam a sua transformação de estado atual para o de agricultura socializada.

17. — como Partido legal, entretanto, que luta no quadro da constituição do país, o PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO não pode abandonar a luta pelas reformas agrárias, por entender que a solução mais racional do problema se resume na socialização da terra. Seu dever, como doutrinador, é de tornar ao povo consciente da necessidade dessa transformação; como partido militante em prol do socialismo e das classes trabalhadoras, seu dever é de lutar em favor da adoção de medidas que, por uma parte, permitam chegar o mais possível às posições socialistas e, por outra, produzam benefícios imediatos à classe trabalhadora rural, a qual, aliada ao proletariado das cidades, promoverá a profunda subversão socialista da produção agrária;

18. — nesse sentido, o PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO lutará pela elaboração de um corpo de medidas imediatas, enfeixadas nos seguintes Códigos: I — CÓDIGO DO TRABALHADOR RURAL: que tratará da extensão de todas as leis que beneficiam atualmente o proletariado das cidades ao campo e outras, determinando a extensão desses direitos e sua aplicação; II — CÓDIGO DA PROPRIEDADE RURAL: que tratará da limitação da área de propriedade atual e da criação das cooperativas de trabalhadores rurais; III CÓDIGO DO COMÉRCIO AGRÁRIO: que definirá o melhor meio de distribuição dos produtos agrícolas, com a limitação e supressão do intermediário e instituição da aparelhagem (frigoríficos, silos, etc.) que a facilite; IV — CÓDIGO DO FINANCIAMENTO AGRÁRIO: que organizará e legislará sobre a concessão de crédito em serviço e créditos a

longo prazo; V — CÓDIGO DA HIGIENE E DA CULTURA DO CAMPO, que corporificará as medidas destinadas a prover sobre o ensino e a saúde do homem do campo; VI — CÓDIGO DA TERRA E DA PLANTA, que disporá sobre o modo de uso do solo e a racionalização da produção, sob o princípio de que a TERRA PERTENCE TANTO AS GERACÕES VINDOURAS QUANTO À PRESENTE, condição essencial para o traçado de um programa realmente socialista, que garanta as bases econômicas deste regime e seu aperfeiçoamento paulatino, pondo-o a salvo das heranças prejudiciais de práticas irracionais do presente e, finalmente, VII CÓDIGO DO IMIGRANTE, que regule sua melhor localização, aproveitamento racional de suas aptidões, igualdade jurídica com o nacional, etc. — Além disso, deve elaborar um plano de intensificação da rede de comunicações terrestre, fluvial, marítima e aérea;

19. — a base inicial do trabalho de modificação das relações de propriedade e produção é, para o PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO a constituição de cooperativas de trabalhadores usufrutuários rurais, com exclusão absoluta de proprietários e capitalistas, subordinados a um plano de produção o mais possível racionalizado, dentro das condições atuais do mercado, mas visando a sua superioridade como método de produção e regime de propriedade. Essas cooperativas deverão ser instaladas em qualquer zona, sejam de propriedade do Município ou da Federação. Os lineamentos da organização dessas cooperativas foram estabelecidos no projeto apresentado à Câmara Municipal de S. Paulo, e que acompanha este documento como subsídio;

20. — o conceito de socialização da terra não deve ser confundido com a propriedade estatal da terra, que torna os trabalhadores escravos assalariados de um Estado burocrático. Nem deve ser confundido com a criação de cooperativas de pequenos proprietários, sonho utópico de partidos e pensadores que não compreendem que a fragmentação da terra, por uma parte, e a criação de uma pequena e média burguesia rurais por outra, longe de aperfeiçoar a produção agrária e facilitar os objetivos socialistas, constituem os maiores obstáculos da implantação do socialismo.

DIRETRIZES NACIONAIS DA POLITICA SOCIALISTA

Tese aprovada pela III Convenção Estadual — Relator: Antonio Costa Corrêa

Ao fixarmos as diretrizes nacionais para a atividade partidária socialista, devemos traçar umas tantas normas que representem como que a complementação do programa e condensação de uma linha de conduta, servindo de guia ao militantes socialistas. Para tanto, a nosso ver, temos de partir de algumas premissas que poderão ser assim formuladas:

1.º — O Partido Socialista Brasileiro, não obstante seus propósitos de lutar por métodos democráticos e preservar a democracia política, uma vez no poder, é, em sua essência, um partido revolucionário, pois tem como objetivo a realização de profunda transformação na estrutura econômica, social e política do país.

2.º — O Partido Socialista Brasileiro, para atingir seus objetivos, consubstanciados na execução do seu programa, precisa de realizar atividade política de caráter permanente e de fins educativos, no sentido de preparar o povo brasileiro, política e psicologicamente, para a transformação social, econômica e política que preconiza.

3.º — O Partido Socialista Brasileiro é absolutamente diverso das demais organizações partidárias que disputam o poder no Brasil, não só pela sua orientação ideológica, como também pelo seu programa e pelos seus métodos de ação. Ele visa atingir o poder não como uma finalidade e sim como meio de realizar o seu programa e considera-se identificando estreitamente com as massas populares constituídas por todos aqueles que vivem do próprio trabalho, de modo que a sua ascensão ao poder venha a significar, efetivamente, a supressão das elites governantes e privilegiadas e a ascensão das próprias massas populares ao poder.

4.º — Muito embora sem manter quaisquer ligações orgânicas de natureza internacional e sem fazer do internacionalismo objeto e causa de sua atividade, o Partido Socialista Brasileiro não pode desconhecer o caráter universal das ideologias socialistas, que visam a fraternidade entre os povos, num mundo unificado. Não pode desco-

nhecer, também, o papel que os socialistas brasileiros são chamados a desempenhar, no panorama internacional, dentro das modestas proporções correspondentes à reduzida influência do Brasil nos acontecimentos do mundo social.

5.º — Embora não seja um partido estritamente de classe, o Partido Socialista Brasileiro só ganhará forças para influir decisivamente nos acontecimentos políticos e agir coerentemente com seus objetivos, quando tiver sua base principal na classe operária.

6.º — O programa de reivindicações imediatas com que se estruturou o Partido, está praticamente superado, pois, foi elaborado antes da Constituição de setembro de 1946, na qual muitas daquelas reivindicações já foram incluídas.

Com base nessas premissas, poderíamos traçar como normas para a conduta do Partido no país, as seguintes diretrizes:

1.º QUANTO AOS MÉTODOS DE AÇÃO

a) — Os membros e órgãos do Partido, nas suas manifestações públicas devem, dentro da linha de orientação política e do programa partidário, ter definições de atitudes e posições ousadas e enérgicas, coerentes com a posição revolucionária do socialismo.

b) — Os membros e órgãos do Partido, nas suas manifestações públicas, devem guiar-se por um critério de absoluta veracidade, mostrando os motivos e as finalidades das atitudes assumidas. Devem, em suma, agir "às claras", tornando sempre compreensível ao povo as verdadeiras razões de seu modo de agir, a fim de que a sua própria atuação constitua fonte de esclarecimento e educação política das massas populares.

c) — O Partido repele, como norma de ação, a máxima "o fim justifica os meios". Não é possível separar a finalidade dos meios a que ela conduzem. Se o objetivo do Partido é a realização do socialismo, a educação política e ideológica das massas populares para a transformação socialista da sociedade, não poderá pretender atingi-la utilizando-se de meios de luta antagônicos com os princípios e diretrizes políticas socialistas.

2.º QUANTO A ORIENTAÇÃO POLITICA

a) — O Partido é, pela sua própria substância ideológica e política, um partido de oposição em relação a qualquer governo saído dos partidos representativos das classes dominantes. Como tal, o Partido deve manter-se sempre em posição de ofensiva, definindo sua posição como partido oposicionista, abertamente, em evasivos. A posição defensiva ou a renúncia a uma atitude oposicionista só se justifica quando se encontrar no poder um governo representativo das classes dominantes que assegure a plena vigência das liberdades civis e poli-

ticas e que esteja sob ameaça de uma conspiração de forças políticas reacionárias.

b) — Na sua atuação prática, o Partido deve conduzir-se de modo a tornar bem propaganda as diferenças que o separam dos demais partidos políticos, especialmente aqueles com os quais pode ser confundido, em virtude de algumas características comuns, ou sejam, os partidos democrático-liberais e os partidos ditos "de esquerda".

c) — O Partido não pode pactuar com atos e propagação de falso nacionalismo, caracterizados pela exaltação da pátria como entidade abstrata. Deve opor-lhe sempre o verdadeiro nacionalismo, de conteúdo popular, educativo e não antagônico com o sentido universalista e humanista do socialismo.

e) — Na luta por reivindicações

imediatas, o Partido tem que se ocupar, essencialmente, daquelas que dizem respeito aos trabalhadores ou daquelas que representem realizações de sentido socialista ou suscetíveis de preparar empreendimentos socialistas.

3.º QUANTO AO PROGRAMA DE REIVINDICAÇÕES IMEDIATAS:

A nosso ver, deve o Partido pugnar por medidas ou apoiar as que forem propugnadas por outros partidos políticos, no seguinte sentido:

a) — Com referência à Constituição: — Medidas tendentes à reforma da Constituição, no sentido de expurgá-la de suas deformações conservadoras e ampliar as liberdades políticas, as garantias individuais, as restrições ao direito de propriedade

inseridas nos dispositivos constitucionais. Os socialistas não podem considerar a Constituição um texto intocável e manter-se em relação a ela em posição defensiva, exclusivamente, ante as violências que contra o seu texto comete a reação, mas criticar as suas falhas e apontar as suas deficiências, como carta de direitos e deveres do povo brasileiro.

b) — Com referência à estrutura econômica: — Medidas tendentes ao desenvolvimento intensivo da riqueza nacional, especialmente sob a forma de economia coletiva ou sob direção e controle do Estado; medidas tendentes a democratizar a intervenção do Estado no domínio econômico, mediante a participação de trabalhadores e consumidores, mediante conselhos eleitos pelos mesmos, na direção dos organismos

(Continua na 4.a pg.)

CONCEITO DE SOCIALIZAÇÃO

Relator à Convenção Nacional — Febus Gikovate

I — A abolição da propriedade privada dos meios de produção, e a substituição da produção para o mercado pela produção segundo as necessidades do consumo são, no terreno econômico, os objetivos fundamentais do Partido Socialista, e visam a instauração do socialismo.

II — A abolição da propriedade privada dos meios de produção não é, por si só, garantia suficiente para a instauração do socialismo. Revelaram-se procedentes as críticas formuladas, há mais de um século, e que viam na passagem pura e simples para as mãos do Estado, dos meios de produção expropriados, o caminho para o capitalismo de Estado e não para o socialismo. As críticas acima foram plenamente confirmadas pela experiência russa, pelos regimes fascistas e até mesmo pelas tendências dirigistas dos países capitalistas. Em todas as circunstâncias, a centralização econômica vinha acompanhada de igual fenômeno no terreno político e, em última análise levava à instituição de um regime totalitário e de um estado policial.

III — Os meios de produção, expropriados aos proprietários privados, deverão passar ao domínio da sociedade e não do Estado. Afim de assegurar à sociedade como um todo o domínio dos meios de produção, a serem utilizados em benefício da coletividade, é indispensável:

1 — que a estrutura da sociedade seja realmente democrática;

2 — que se assegure a descentralização do poder político e que se reforcem ao máximo as autonomias locais;

3 — que aos órgãos legislativos, constituídos democraticamente, caiba realmente o poder político.

IV — A democracia política deve ser compreendida como um regime pluripartidário, que assegure a todos os cidadãos o pleno exercício das liberdades civis e políticas, e o pleno gozo das garantias individuais, segundo as definições clássicas.

V — As empresas socializadas não deverão funcionar como simples empresas capitalistas, tendo como patrão o Estado. Deverão ser associações de produtores dirigidas por órgãos administrativos, eleitos pelos componentes da empresa. E' o princípio do controle operário de produção que deverá ser assegurado sempre.

VI — A economia socialista exige uma planificação em escala nacional. A centralização deverá limitar-se estritamente ao terreno da planificação. A execução do plano nacional deverá ser descentralizada, assegurando-se o máximo de autonomia local.

VII — A socialização será progressiva. Iniciar-se-á pelos ramos básicos da indústria. A marcha do processo será condicionada às condições objetivas, à necessidade de evitar transformações bruscas e catastróficas e, principalmente, de manter e elevar gradativamente o nível de

vida das populações trabalhadoras das cidades e dos campos.

VIII — Ao cooperativismo deverá ser reservado papel de destaque. Ao domínio do cooperativismo deverão pertencer a pequena produção industrial e agrária e a distribuição dos produtos de uso pessoal.

IX — A propriedade privada será mantida nos limites da possibilidade de sua utilização pessoal, sem prejuízo do interesse coletivo. Isto é, desde que não se preste para a exploração do homem pelo homem e para o renascimento de um regime de classes. Será assegurado, entretanto, o direito do indivíduo ou de se organizarem livremente em comunidades onde a abolição da propriedade privada possa ser levada a graus mais extremos do que os propugnados pelo Partido para a sociedade toda.

X — O processo de socialização não será atentatório à liberdade individual. Esta será respeitada, mantida e poderá atingir o seu pleno desenvolvimento uma vez abolido o regime capitalista. O processo de socialização limitar-se-á rigorosamente à esfera econômica, à produção de bens de uso.

XI — Em virtude da extensão assumida pelas relações econômicas, a socialização dos meios de produção somente poderá ter existência efetiva, quando a planificação da economia, nos moldes socialistas, for feita em escala internacional.

O P. S. B. E A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

(Conclusão da 1.ª pg.)

ocasião e os fazedores de pactos guerreiros.

4. Afastadas as ilusões de uma escolha entre os dois blocos, escolha que continua sendo não apenas desnecessária como pernicioso num país como o nosso, o maior problema para o Partido Socialista Brasileiro é o das perspectivas históricas desta posição. Haverá alguma perspectiva para a razão e o humanismo, que é nossa tarefa preservar para a futura sociedade socialista, em face dos dois blocos tenebrosos em que se defrontam a tradicional violência capitalista burguesa e a nova mística do totalitarismo moscovita?

Inicialmente, é preciso acentuar que a posição socialista não constitui neutralidade entre ambos — o que não passaria de demissão covarde — mas de hostilidade permanente contra ambos, justamente afim de preservar a nesga de razão que cõa entre eles como a única esperança do futuro. Releva, em seguida, afirmar que influir nos acontecimentos é dever de todo socialista, pela palavra e pelo ato. Influir nos acontecimentos é, por exemplo, mostrá-los ao proletariado à sua verdadeira luz, usando todos os meios ao nosso alcance para que prevaleça a verdade contra a propaganda poderosa dos fazedores de guerra, traidores da causa socialista ou contumazes da opressão burguesa. Ainda que não tivéssemos outro recurso qualquer, haveria este para podermos influir nos acontecimentos internacionais por meio da orientação das suas repercussões nacionais.

5. Mais do que isso, porém, resta-nos a possibilidade de escolher, dentre as atitudes partidadas dos dois blocos, aquelas que nos pareçam no momento representar uma vantagem qualquer para a democracia e a paz, e com elas colaborar. Assim, não há dúvida que devemos apoiar, no campo burguês, todas as medidas tendentes a garantir esse mínimo de liberdade política dentro do qual vivemos — liberdade de classe para classe, mas sem a qual não poderíamos sequer manifestar o nosso pensamento abertamente, como agora o fazemos. E' também indubitável, por outro lado, que num caso como o da guerra civil chinesa, as nossas simpatias vão para as tropas comunistas, que libertam o país de uma terrível camarilha de militares e financistas corruptos, e o livram talvez dos famosos "senhores da guerra", uns e outros mantenedores da condi-

ção servil do camponês da China. Mesmo porque, é possível não apenas que o regime de Mao-Tse Tung, apoiado na maior população do globo, em longos anos de luta e necessitando comerciar com o Ocidente, recuse a tutela moscovita, como também que, em contacto com os povos soviéticos da Ásia, mais afins dos chineses que dos russos, chegue a influir no sentido de um progresso socialista da URSS.

6. As considerações acima valem como tentativas de sugerir perspectivas de ação so-

cialista no plano internacional, nesta conjuntura de poucas perspectivas imediatas para a liberdade e a justiça social.

Guerra à guerra, guerra ao totalitarismo e às ditaduras, guerra ao capitalismo burguês, guerra aos imperialismos — eis uma tarefa à altura dos nossos deveres para com o proletariado e a tradição humanística do socialismo, mantida em nosso tempo no mundo inteiro pelos agrupamentos quase sempre pequenos, como o nosso, que a ela se conservaram fiéis.

O bom socialista é inimigo das futricas políticas, das cabalas, das intrigas, da política de cúpula; dentro do Partido ou do Sindicato, assim como fora deles, prefere a franqueza, a lealdade, a discussão pública e cordial.

O bom socialista não é vingativo, mas justiciero.

Conclusões do comp. Febus Gikovate, com emendas do comp. Costa Corrêa

Na fixação da posição do Partido Socialista, devem ser levados em conta:

1 — O caráter interimprialista da atual luta entre os Estados Unidos e a Rússia, pelo domínio do mundo;

2 — O caráter totalitário e antisocialista do capitalismo de Estado da Rússia e seus satélites;

3 — O caráter reacionário da diplomacia norte-americana que se transformou na campeã da defesa da burguesia internacional, e que encoraja a permanência no poder de ditaduras fascistas como

as de Portugal, Espanha e América Latina.

4 — O antagonismo irreconciliável entre a concepção stalinista e o socialismo.

5 — A impossibilidade de coexistência pacífica por tempo indeterminado dos dois sistemas em luta, e a necessidade da terceira força socialista, única capaz de evitar o conflito armado;

6 — A transcendência da experiência socialista inglesa, ponto de partida para a irradiação da idéia socialista, e para a edificação da terceira força internacional.

A Paz Mundial e a Posição dos Socialistas

A paz mundial acha-se ameaçada. Embora não seja iminente nem inevitável, paira na atmosfera o perigo de uma terceira guerra mundial. O antagonismo entre os dois blocos, em que o mundo está dividido, liderados pelos Estados Unidos e a Rússia, poderá conduzir a uma nova guerra. Defrontam-se duas concepções irreconciliáveis que pretendem

dominar o mundo. De um lado o capitalismo, com todas as suas mazelas, e do outro o "socialismo" totalitário. Ambos não acreditam, embora afirmem o contrário, na possibilidade de coexistência pacífica dos dois sistemas. Ambos se esforçam, na atual fase de "guerra fria" no sentido de reforçar e consolidar as suas posições e se preparam febrilmente para a

guerra. O plano Marshall e o plano Molotov, o pacto do Atlântico, e as alianças efetuadas sob a égide da União Soviética são vastas manobras estratégicas que visam preparar o terreno para um eventual choque em grande escala. Ambos fomentam e mantêm acesos pequenos focos locais pródomos de embates mais decisivos. A China, a Grécia, e outros países são teatros de escaramuças entre os dois grandes rivais — os Estados e a Rússia.

mundial, o são igualmente do sistema totalitário implantado na Rússia e nos países satélites, com flagrante desrespeito das liberdades individuais e de organização e que desemboca na formação de castas burocráticas privilegiadas em detrimento dos interesses econômicos das massas trabalhadoras.

Só os socialistas podem denunciar as verdadeiras intenções de ambos e mobilizar as massas na luta contra as tentativas de desencadear a guerra, quer partam de um ou outro lado. Os Socialistas podem e devem desmascarar todas as manobras e movimentos que, em nome da defesa da paz procuram na realidade arrastar as massas para um ou outro campo. Tomar o partido de um ou de outro significa contribuir para a preparação da guerra. Pregar a paz sem denunciar os preparativos de guerra e os seus autores é pura demagogia que adormece a vigilância das massas trabalhadoras.

O caminho da luta pela paz é a luta pela preservação, ampliação e reconquista das liberdades democráticas, afim de que o povo possa manifestar livremente a sua vontade.

O caminho da luta pela paz é a luta contra o refime capitalista.

O caminho da luta pela paz é a luta contra as concepções totalitárias de toda espécie.

O caminho da luta pela paz é a luta por — Socialismo e Liberdade.

As Diretrizes Nacionais...

(Conclusão da 3.ª pg.)

econômicas sob a orientação ou controle do poder público; medidas tendentes à reforma da estrutura do país, no sentido de elevar o nível econômico e social da população trabalhadora do campo; aplicação de métodos científicos e de técnica moderna na exploração do solo e sub-solo; desenvolvimento das fontes de energia e combustível; recuperação econômica das zonas rurais áridas ou esgotadas; medidas tendentes à limitação do direito de propriedade ou do poder econômico das classes capitalistas.

c) — Com referência à legislação civil e comercial ordinária: — Medidas tendentes à reforma do estatuto legal regulador das relações de família, em bases modernas, compatíveis com a civilização industrial (abolição jurídica da incapacidade relativa da mulher casada; equiparação da companheira à esposa legítima, para efeitos de alimentos e herança; equiparação dos filhos ilegítimos e adúlteros aos legítimos; limitação dos direitos decorrentes do pátrio poder; abolição do rigorismo formal no desquite, etc.); reforma do estatuto legal da propriedade, no sentido de ser a aquisição, exercício e conservação do direito de propriedade condicionados à utilidade social dessa; reforma do estatuto legal das obrigações e dos contratos em geral, no sentido de substituir a autonomia de vontade pela disciplina das relações privadas através de normas legais rigorosas,

semelhantes às existentes para as obrigações trabalhistas e para o contrato de trabalho; restrição do direito de herança; abolição do segredo comercial em relação ao poder público e aos trabalhadores de cada empresa; reforma do estatuto da responsabilidade civil, no sentido de ser adotado o princípio do risco, em forma idêntica à legislação de acidentes do trabalho.

d) — Com referência à legislação trabalhista — Além da imediata regulamentação dos dispositivos constitucionais que beneficiam os trabalhadores (direito de greve, liberdade de autonomia sindical, participação nos lucros dos empresários), medidas tendentes a integrar a Justiça do Trabalho na sua verdadeira finalidade de justiça especial de amparo aos trabalhadores; supressão das restrições à liberdade de trabalho insinuadas na legislação (condicionamento do descanso semanal remunerado e os aumentos nos dissídios coletivos à frequência total no trabalho, etc.); equiparação dos trabalhadores do Estado, da União e dos Municípios aos empregados de empresas privadas, para efeitos de legislação trabalhista; extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais; efetiva aplicação da legislação trabalhista existente, mediante aparelhamento de fiscalização e sistema de sanções adequadas; reforma dos institutos de previdência social.



A SITUAÇÃO POLITICA DE SÃO PAULO

Relatório apresentado à III Convenção Estadual, pelo comp. Plínio Mello

Devemos acentuar de início que, neste documento, não pretendemos fazer a análise da situação econômico-política do Estado. Esta já foi feita pela Comissão Estadual, em sua reunião plenária de Bauril, e, pelo menos no que há nela de fundamental, não nos parece necessário necessário introduzir-lhe qualquer alteração. No presente relatório o que se impõe verificar é si, à luz dos fatores permanentes que caracterizam a correlação de forças no seio da burguesia paulista — caudilismo demagógico, de um lado, e, de outro lado, a reação conservadora — houve alguma mudança na conjuntura política que deu motivo àquela análise. Tomando, pois, como ponto de partida a Resolução de Bauril, vamos examinar, em traços rápidos, os principais acontecimentos políticos ocorridos no Estado, a partir daquela data, para, através deles, tirar as conclusões que se impõem na condita do Partido Socialista Brasileiro em face das eleições gerais do próximo ano.

Como estão recordados os companheiros, foi a luta das chamadas Oposições Coligadas — PSD, UDN, PTB, PR — majoritárias na Assembléia Legislativa Estadual, contra o governo Adhemar de Barros, ali em minoria, que nos levou a fazer uma análise mais aprofundada da situação estadual, afim de estabelecer o roteiro de nossa conduta em face daquela conjuntura. Esse exame, feito através de um documento de autoria do companheiro Antonio Candido, deu-nos a convicção de que, à sombra da política de intervenção federal, sustentada por aqueles partidos, e a política autonomista, defendida pelo stionismo adhemarista, outra coisa não pretendiam as duas alas desavindas da burguesia paulista do que a posse do governo do Estado com vistas às manobras em torno da sucessão presidencial da República. Não poderíamos, por conseguinte, apoiar nem os "intervencionistas", por mais criminosos que nos parecessem os atos praticados por Adhemar, nem colocar-nos ao lado deste, por mais atentatória das prerrogativas democráticas e constitucionais que fosse a política contrária. Denunciando uma e outros, nossa diretriz deveria ser de absoluta independência política. Somente assim, poderíamos abrir caminho entre os dois grupos, descartando novas perspectivas para a consolidação da democracia em São Paulo e facilitando assim a luta pelo socialismo.

Fosse por deficiência de quadros e de recursos financeiros, ou fosse por falta de ação, tanto dos organismos dirigentes como daqueles de base, a verdade é que tal orientação não pode ser levada à prática com a energia e entusiasmo necessários. Isso acarretou, durante certo tempo, uma relativa apatia política no seio das massas populares, exgotadas pelas dispu-

tas inconsequentes de "intervencionistas" e "autonomistas". Prevendo, sem dúvida, as consequências desastrosas da política intervencionista no Estado, o próprio presidente da República parece não ter querido endossar com a sua autoridade o adomamento de seus partidários aqui, preferindo, prudentemente, deixar ao tempo a solução da crise. Sentindo-se, assim, fortalecido pela falta de ação do governo federal contra seus desmandos, Adhemar de Barros deu maior amplitude aos preparativos de lançamento de sua própria candidatura à presidência da República, e, ostensivamente, começou a incentivar a jogatina em todo o Estado, afim de encher com tais proventos clandestinos a sua famosa "caixinha" eleitoral. Ao mesmo tempo, intensificou a liquidação política de seus adversários em todos os municípios, subornando uns, ameaçando outros e prometendo aos demais, em troca de apoio político, problemáticos benefícios às respectivas comunidades. Isto, para não falar no desvio de dinheiros públicos para fins menos confessáveis e no desrespeito permanente às liberdades democráticas asseguradas na Constituição.

Foi nesse ambiente de desorientação política das Oposições que os elementos mais jovens e clarividentes da UDN, vindo em Prestes Maia, pela sua atuação construtiva e honesta à frente da Prefeitura de São Paulo, o candidato ideal para contrapor ao adhemarismo, começaram a agitar na imprensa a necessidade de uma coligação inter-partidária para apoiá-lo na sucessão ao atual governo. Embora tal iniciativa representasse uma ruptura nos processos até então dominantes na UDN, para escolha de seus candidatos, foi tão expressiva a reação favorável por parte dos diretórios locais e sobretudo do interior do Estado, que seus velhos chefes tiveram de se inclinar diante da idéia, aprovando que fossem feitas consultas aos demais partidos sobre o assunto. Para o PSD, entretanto, como órgão representativo da ala mais conservadora e reacionária da burguesia paulista, que, por ser majoritário na Assembléia do Estado, pretende as vantagens do poder, com candidato saído de suas próprias fileiras, tal solução não apresentava o menor interesse. Daí, ter manobrado, desde logo, no sentido de impedir aquela coligação de partidos em torno da candidatura Prestes Maia. A famosa reunião dos líderes na casa do sr. Gastão Vidigal, pouco antes da Convenção da UDN, foi bem expressiva a esse respeito. Por outro lado, dificuldades de ordem formal manifestadas pela maioria dos partidos consultados, inclusive o nosso, cujos estatutos atribuem às respectivas convenções a escolha de candidatos a cargos de governo ou representação parlamentar, deu a idéia, suscitada até por alguns

socialistas, de que a candidatura Prestes Maia estava fadada ao fracasso, sendo possível mesmo que nem a própria UDN a adotasse.

Contrariando, porém, tais prognósticos e resistindo a todas as dificuldades que se lhe antepunham, essa candidatura recobrou novo alento com a iniciativa da subscrição popular feita em praça pública, nesta Capital. Numa impressionante demonstração de elevado nível político, homens e mulheres de todas as classes sociais, entre os quais predominavam os trabalhadores, aos milhares acorreram aos postos de subscrição, testemunhando assim, não somente o apreço que lhes merecia o antigo governador da cidade, mas, o que é mais importante, lançando sua candidatura ao governo do Estado e impondo uma decisão a respeito aos partidos políticos. Esse é, sem dúvida, o fato novo de maior significação na vida política do Estado, depois da reunião de Bauril. Ele indica não só que se rompeu o bloco da burguesia conservadora, abrindo-se uma nova frente de luta na política estadual, como criou para as massas populares e para o movimento socialista, sobretudo, uma nova oportunidade de ação, visando seus próprios objetivos. Por isso mesmo, esta Convenção está no dever de tirar de tal fato as necessárias consequências, firmando uma orientação uniforme e segura para o trabalho do Partido no Estado.

Argue-se contra a candidatura Prestes Maia o fato de se tratar de um homem que, sendo guindado a um posto de governo ao tempo da Ditadura, nunca elevou sua voz contra os desmandos daquele regime, nem se definiu nunca verdadeiramente denunciando sua verdadeira filiação ideológica ou partidária. Aqueles que assim pensam não se recordam de que, sob a Ditadura, estavam fechados os partidos políticos, inexistindo toda e qualquer liberdade de manifestação do pensamento. Exigir tal definição, sobretudo, de quem estava, de qualquer modo, a serviço daquele regime, seria o mesmo que pretender o suicídio político. Entretanto, nenhuma demonstração mais eloquente de respeito ao bem público poderia ele dar do que a dedicação e pro-hibidade com que serviu a São Paulo, durante os sete anos em que esteve à frente da Prefeitura, nem melhor definição de fé democrática e respeito ao atual regime constitucional do que a conduta que vem mantendo como candidato, auscultando a opinião pública em todos os recantos do Estado e procurando assim coordenar um programa de governo que possa corresponder aos anseios generalizados do povo paulista. Argue-se ainda que, sendo um candidato da UDN, o nosso apoio a tal candidatura só poderá comprometer-nos aos olhos das massas trabalhadoras, incompatibilizadas com tal partido, desde as campanhas anteriores. Esquecem-se os companheiros que as-

sim pensam de que não se trata propriamente de uma candidatura da UDN, mas extrapartidária, adotada pelos udnistas com tal caráter e com tal caráter sustentada pelo próprio candidato, na campanha que vem desenvolvendo. E o maior desmentido a tal suposição tem sido dada pelos próprios trabalhadores, não só através da subscrição popular a que já nos referimos, como nos comícios realizados pela própria UDN no interior do Estado, onde a despeito desse partido, tem sido enorme a afilância de operários. Argue-se, finalmente, que é cedo ainda para que o nosso partido se defina a respeito, estando a mais de arto das eleições para governar do Estado. A estes companheiros já tivemos oportunidade, pessoalmente, através de artigo na "FOLHA SOCIALISTA", de dar a devida resposta. Entretanto, não é demais repeti-la aqui, em breves palavras. O que está em jogo, na presente conjuntura política, não é propriamente ou simplesmente a escolha de um candidato que possa corresponder à orientação de nosso Partido, no que diz respeito à execução de seu programa mínimo. Para tanto, a melhor solução seria, evidentemente, a de um candidato próprio, que poderia ser escolhido em qualquer tempo. O de que se trata, agora, é o prestígio e — por que não dizê-lo? — aproveitar a brecha que se abre no flanco da burguesia conservadora, de São Paulo, para ampliar o movimento de massas em torno da candidatura Prestes Maia, reforçando-o na luta em que está empenhado contra as forças demagógicas e corruptoras do adhemarismo e impedindo, ao mesmo tempo, que as forças conservadoras e reacionárias representadas pelo PSD possam articular-se em torno de um terceiro candidato, de suas preferências. Neste sentido, retardar o nosso pronunciamento será fazer o jogo dos dois maiores inimigos que temos a enfrentar no Estado. Quanto mais titubarmos numa definição clara e precisa de nossa atitude, mais corremos o risco de chegar atrasados no movimento criado em torno dessa candidatura, mais ela poderá comprometer-se com as forças conservadoras que se dispõe a apoiá-la (UDN, PR, uma ala do PSD, etc.) e menores serão as perspectivas de sua vitória nas urnas. Para nós, socialistas, isso representará mais uma oportunidade perdida, de sairmos do isolamento em que nos encontramos, oportunidade que poderá custar a própria vida de nosso movimento, por um longo período histórico.

Não podemos encerrar este relatório sem focalizar dois outros fatos ocorridos na vida de São Paulo, que estão nos impondo a solução aqui preconizada. Um, é a rearticulação do integralismo em escala nacional, mas que se faz especialmente em São Paulo, com desvelado interesse por parte do adhemarismo, que até adotou o nome de "popu-

lista" para mais se identificar com a nova coloração do fascismo indígena. As informações que possuímos a respeito são de que a aliança entre Adhemar e Plínio Salgado já estaria selada, dependendo apenas do lançamento da candidatura daquele à presidência da República o pronunciamento definitivo deste último. Diz-se até que a intensificação da propaganda integralista já está sendo custeada pelo dinheiro da "caixinha" adhemarista. Por outro lado, a fundação da chamada Associação Brasileira de Civismo e Democracia (ABCD) pelos elementos representativos da alta burguesia de São Paulo com o propósito de intervir decisivamente nas próximas eleições, apoiando financeiramente aqueles candidatos que se comprometam a seguir à risca as instruções emanadas de seu Supremo Conselho, sejam eles de que partido forem, cria para o movimento socialista um outro problema da maior gravidade. Não se trata mais de uma entidade como a Liga Eleitoral Católica, que intervem nas eleições pela simples recomendação deste ou daquele candidato, com ela comprometido moralmente. Mas, o de que se trata agora é de uma poderosa organização de banqueiros, industriais, comerciantes e fazendeiros, entre os quais se encontram Matarazzo, Morvan, Gastão Vidigal e outros "gros bonnet" da plutocracia paulista, organizando uma poderosa caixa de milhões de cruzeiros, especialmente destinada a financiar a campanha dos candidatos de suas preferências. Considera-se, de um lado, a rearticulação do integralismo, apoiada por Adhemar de Barros, e, de outro lado, essa verdadeira "societas sceleris" representada pela ABCD, e versa-se que a única orientação que se impõe a nós, socialistas, si não quisermos ser condenados ao isolamento e ao suicídio, é a aliança com aquelas forças mais liberais da burguesia de São Paulo, representadas pela UDN, em torno de um candidato como Prestes Maia. Suas idéias programáticas, senão coincidem inteiramente com as nossas, são as que mais se aproximam de nosso programa mínimo, de que as de qualquer outro candidato que possa surgir, apoiado por Adhemar de Barros ou pelo PSD. Deixamos de aludir aqui à possível posição dos demais partidos (PR, PTB, PDC, etc.), porque, afóra as divergências internas que os dividem, nenhum deles pretenderá apresentar candidato próprio, sendo quasi certo que se dividirão em torno dos candidatos dos grandes partidos.

ASSIM, PROPOMOS À CONVENÇÃO :

1 — Aprovação dos atos praticados pela Comissão Executiva Estadual na questão da sucessão do governo de São Paulo;

(Continua na 7.a pg.)

O P. S. B. e a Situação Nacional

(Conclusão da 8.ª pg.)

O Partido Social Progressista iniciou sua existência como uma aventura política, movida pela ambição do seu chefe. Passaria despercebido e quase desconhecido se o golpe de apoderar-se do governo de S. Paulo não lhe saísse bem. Inicialmente era um agrupamento reunido em torno de uma respeitável fortuna particular, mas ganhou alento e força, graças ter sido guiado às culminâncias do poder. Neste implantado o regime da demagogia no seu mais despejado estilo e enveredou pelo caminho da desonestidade administrativa elevando aos postos mais elevados verdadeiros fazendeiros de fortuna, de maneira inconfessável. Não há diferença entre os homens bem intencionados e os insinceros e ambiciosos.

Instituiu o sistema de taxaço extra-legal para manter em funcionamento os jogos de azar e, desta forma, amealhou grande soma de numerário para lançar-se a futura campanha eleitoral à sucessão presidencial da República; e certamente usará neste sentido os nefandos métodos de suborno e de peita. Deve o P.S.P. ser energeticamente combatido.

Também entre os pequenos distingue-se, graças à sua capacidade de organização, sua ideologia e sua mística o Partido Comunista do Brasil. Embora colocada em situação extra-legal os seus quadros partidários ainda cresçam em atividade nos centros em que a população obreira mais se adensa. O P.C.B. empolga certamente uma grande massa operária cittadina, não tendo conseguido expandir-se além dos cinturões das grandes centros urbanos. Traz em sua bandeira os promessas sedutoras das reivindicações populares. Está vinculado, no entanto, à orientação de Moscou, e, portanto, a primeira coisa a ser perdida no triunfo das idéias comunistas seria a liberdade; em seguida viria a escravização generalizada pela instituição da ditadura do partido, repousando sobre o capitalismo de estado. Impossível à nossa massa popular ingênua, sem cultura intelectual e política alcançar ver estes conseqüências através os rusesas promessas da propaganda vermelha.

Outros partidos menores refletem pouco na vida nacional, não os analisaremos nesta apreciação perfunctória sobre a estética da formação da nossa vida política.

O Partido de Representação Popular se nos afigura como uma tentativa de restabelecer o sistema totalitário direitista já condenado em todo o mundo.

Resultado desta exposição aprecia que dominam nos poderes legislativos e executivos as forças burguesas com acentuadas manifestações reacionárias.

No exercício do poder e nas campanhas eleitorais os partidos movimentam-se, tomam atitudes e empreendem reformas, opõem-se ou se aliam; de um lado para consolidar e garantir suas posições, de outro para combater o inimigo comum.

Também sobre a atitude dos nossos partidos muito influem a política mundial incluindo de uma feita as arremetidas dos comunistas e de outra espiciando a reação. Neste jogo de interesses, não raro, os aventureiros se intrumentam para tirar o seu proveito, como no caso da aliança do P.S.P. com o P.C.B., ou do P.T.B. com o P.T.N. na companhia para a presidência do Estado de São Paulo.

Agora delinea-se no âmbito nacional um grande entendimento interpartidário para se opor às ambições do governador de S. Paulo que constituiu uma séria ameaça para a manutenção das forças conservadoras nos supremos postos da direção. Está este entendimento sendo formulado com o objetivo do interesse popular, ou tem ele a intenção precípua de garantir as forças dominadoras do poderio econômico-financeiro?

Este é o ponto que precisa ser cuidadosamente analisado.

Nestas alianças e nesta movimentação podem os partidos não bem orientados por seus princípios sociais irem aos poucos perdendo a sua fisionomia própria e integrando-se na mentalidade dominante. O exemplo desta possibilidade está no vigente acordo interpartidário que deu ao governo Dutra um certo grau de estabilidade. Na realidade, bem analisadas as coisas, a U.D.N., para só falar de um partido, cedeu nos suas tendências liberais, permitindo que se cometessem várias agressões à Constituição e à liberdade, como a cassação de mandatos, etc. As proibições das manifestações populares, a demora na concessão da liberdade sindical e outras manifestações reacionárias ali estão completamente toleradas e talvez mesmo apreciadas por partido (U.D.N.) que prega o respeito às leis e às Liberdades públicas. O acordo interpartidário, portanto, deturpou a fisionomia com a qual a U.D.N. se lançara à campanha eleitoral.

É necessário que os partidos tenham objetivos perfeitamente definidos e amparados em boa e rígida doutrina social para não perderem nesses aytros, nesses acasalamientos, nestas negociações o cerne que concretiza a sua conduta no luta partidária.

As alianças, os combinações devem ser perfeitamente estudadas; verificar se elas se fazem em favor da massa trabalhadora, da classe média, dos que labutam diuturnamente ou se apenas querem manter o predomínio de alguns poderosos abastados contra o miséria crescente da imensa maioria.

É necessário não se deixar levar pela demagogia das manifestações de propaganda; torna-se necessário estudar os homens e os programas e ver neles as realidades sociais dentro da situação nacional.

É neste ambiente que vem o Partido Socialista Brasileiro criando uma mentalidade de sinceridade política e de honestidade de propósitos ao mesmo tempo que tenta, e aos poucos vai conseguindo atrair para o seu seio aqueles que vivem do seu próprio trabalho. Encontrando um terreno virgem de tradição socialista o P.S.B. terá de doutrinar vagarosamente até alcançar a seu objetivo, sem perder o rumo e a diretiva das seus desígnios.

Dentro do panorama político nacional deve o P.S.B. acautelar cuidadosamente os seus princípios e manter-se fiel à sua linha de conduta, isto é, defender a legalidade e propagar pela concretização das medidas legais que realmente favoreçam a causa popular. Não poderá portanto participar de transações de caráter eleitoralista. Não apoiará candidatos insinceros, demagogos ou desonestos e jamais pactuará com os partidos capitalistas que oprimem a massa trabalhadora infeliza.

Na campanha eleitoral indicar os seus próprios filiados todos as vezes que houver possibilidades de êxito; indicá-los ainda quando, mesmo não havendo esta possibilidade, entre candidatos de coligações partidárias não lhe pareça haja nome de tendência democrática, ou haja nomes de caráter duvidoso, ou quanto positivamente venha favorecer as manobras e as artimanhas da reação.

Entre os nomes extra partidários se fará aliança para apoio de candidatos sabidamente honestos e que aceitem as proposições mínimas de um programa democrático formulado com objetivismo no sentido favorável às reivindicações populares.

Na campanha que se delinea, embora ainda nebulosa, em que de um lado está tacitamente lançado o nome do Sr. Ademar de Barros e do outro fazem centro de apoio no P.S.D. para o ele se opor, há um perigo de se tomar uma atitude precipitada. O Partido Socialista precisa estar atento e analisar fria e superiormente a situação. Se de um lado temos o perigo de ver subir a mais alta magistratura do País a figura demagógica e inconsequente do Governador de São Paulo, subindo com ele a corrupção administrativa; de outro está o perigo de fortalecerem-se as forças da opressão e do regime capitalista que nos cumpre combater e amenizar.

A tendência a não se cumprir, ou se adiar o mais possível a cumprir as disposições democráticas da nossa constituição nos mostra claramente que no poder ainda pontifica e se apega a reação. A liberdade sindical, a lei de responsabilidade, a liberdade de imprensa, e outras medidas liberais não encontraram solução depois de longos anos de vigência do regime democrático, porque ainda domina a tendência reacionária nos nossos parlamentos.

As campanhas eleitorais terão de estar cautelosas e atentas, repetimos, para não fortalecer a burguesia reacionária ou intransigentemente conservadora.

CONCLUSÕES

I — Para cargos legislativos só indicar candidatos do Partido.

II — Para cargos do poder executivo federal, estadual e municipal indicar os seus próprios filiados quando houver possibilidade de êxito. Indicá-los ainda quando, mesmo não havendo possibilidade de êxito, entre candidatos de alianças partidárias não lhe pareça haja nome de formação democrática, ou de caráter duvidoso, ou quando venha a favorecer e fortalecer a reação antidemocrática.

III — A aliança só se fará no sentido do apoio eleitoral a candidatos ao poder executivo que adote um programa democrático formulado com objetivismo no sentido das reivindicações populares.

O apoio dos socialistas...

(Conclusão da 1.ª pg.)

d) Os socialistas, sabendo que não estais integralmente identificado com os princípios do socialismo democrático, esperam, entretanto, que haveis de manter em nosso Estado o respeito às liberdades civis e políticas, a moralidade administrativa e uma

orientação realmente voltada, por atos e não por palavras, para os interesses de todos aqueles que vivem do próprio trabalho, nas cidades e nos campos.

Era o que eu devia dizer-vos, sr. Prestes Maia".

A luta subterrânea...

(Conclusão da 7.ª pg.)

NÃO É UMA EXCEÇÃO

Pergunta-me as condições de vida na Alemanha. Se pudessem ser descritas em meras palavras eu diria: são más. Porém não tão más quanto as da Rússia, presentemente. Estou agora desempregado. E bem pode imaginar o que significa o desemprego num país arruinado. Há atualmente na Alemanha mais de um milhão de desempregados. Vivo num campo D. P.

Em geral, caro camarada, não gosto de falar sobre minhas condições de vida. Nas mesmas condições vivem centenas de camaradas aqui na Alemanha e em piores condições

vivem ainda milhares de meus camaradas revolucionários, na subterrânea da URSS. Portanto, não sou exceção.

Aceito alegremente sua proposta para ser não somente meu correspondente político como também amigo. Mas, peço-lhe que não se preocupe comigo. Como já disse, não sou exceção, deve compreender.

E é tudo, amigo. Em cartas seguintes diremos mais. Esperando para breve suas notícias, aqui fico,

Seu camarada

Gregory

(De "Labor Action").

INDICADOR PROFISSIONAL

ADVOGADOS

WILSON RAHAL

ESCRITORIO:

Praça Antonio Prado, 9 - 11.º andar Salas, 1107/9 - Fone: 3-4656

RESIDENCIA:

Rua Guarará, 230 - SAO PAULO

DR. JULIO DE ARAUJO FRANCO FILHO

RUA XAVIER DE TOLEDO, 46 2.º ANDAR

Renato Sampaio Coelho

Rua José Bonifácio, 209 11.º andar - Salas 1.104-6-8-10 Tel.: 6-3013

ADELMAR V. BRANDÃO ANTONIO COSTA CORRÊA

RUA FRAQUIE COUTINHO, 303 R. CONS. CRISPINIANO, 79 5.º Andar - Tel. 6-3013

HIRAM MAYR CERQUEIRA

Tel.: 3-5502 R. Sen. Paulo Egídio, 61 - 3.º SAO PAULO

Drs. Hazair Motta Marcondes e Carlos Nobrega Duarte

Rua Benjamin Constant, 138 3.º Andar - Tel 2-6652

FREITAS NOBRE

ADVOGADO

Rua José Bonifácio, 233 - 3.º And. Tel.: 2-0168

GIARDINO & CINOPOLI

— ALFAIATES —

Serviços Finos

RUA JOSÉ BONIFACIO, 387 - SALA 3

HOSPITAL 9 DE JULHO

Rua Peixoto Gomide, 647

Fone — 6-6565

CIRURGIA GERAL

ABERTA A TODOS

OS MÉDICOS

MÉDICOS

DR. FEBUS GIKOVATE

Xavier de Toledo, 46 - 3.º

CLINICA DO APARELHO RESPIRATORIO RAIOS X

Dr. Pericles Maciel

MEDICO

Consultorio: Benjamin Constant 61, 8.º Telefone: 2-8855

Residência: Al. Rocha Azevedo, 1052 Telefone: 8-7458

DR. EMILIANO NOBREGA

CLINICA MÉDICA

Rua da Estação, 13

TREMÊMBÉ DA CANTAREIRA

DENTISTAS

DR. OSVALDO ANTÃO FERNANDES, C. D.

Clinica geral - Infecções dentárias - Cirurgia - Raios X - Dentaduras (com curso Post. Graduado)

Rua Barão de Itapetininga, 139 - 3.º and.

Ap. 2 - Tel.: 4-0027

SAO PAULO

Os trabalhos da III Convenção Estadual de São Paulo

Realizou-se, na cidade de São Paulo, nos dias 10, 11 e 12 de Setembro, a III Convenção Estadual Ordinária do Partido Socialista Brasileiro, secção de São Paulo, com a presença dos companheiros Renato Correia Rocha, de Araraquara, Nabor da Graça Leite, de Bauriv, Aristides Prado, de Caçapava, Simão Podolsky, de Campinas, Antônio Simões de Almeida, de Cubatão, Alvaro Gomes dos Reis, de Jai, Euclides Bauer Barbosa, de Mogi das Cruzes, Dirceu L. Morais, de Piracicaba, Antônio Pinto de Freitas, de Poá, Paulo Chaves e Syr Martins, de Santo André, João Gonçalves Neto, de Santos, Valdemar Godói, de São Manuel, Alípio Corrêa Neto, Antônio Costa Corrêa, Febus Gikovate, Hozair Mota Marcondes, Plínio Gomes de Melo e Wilson Rahal, de São Paulo, como delegados de seus municípios; João Mangabeira, presidente da Comissão Nacional, e militantes socialistas desta cidade e de Campinas, Mogi das Cruzes, Santo André, Santos e outras cidades.

Na primeira sessão, que teve lugar na sede do Partido, à Praça da Sé, 237, 2.º andar, no dia 10, das 15 às 17 horas, procedeu-se, preliminarmente, à eleição da mesa que presidiria os trabalhos, sendo escolhidos os companheiros Alípio Corrêa Neto, Nabor da Graça Leite, Tomás Martins da Costa e Rivaldo Mota Marcondes respectivamente como presidente, vice-presidente e secretários. Após o expediente e a organização da ordem do dia, passou-se ao primeiro ponto: relatório das atividades da Comissão Executiva Estadual no período de seu mandato, ou seja no período compreendido entre Setembro de 1945 e Setembro de 1946, apresentado pelo seu secretário-geral, companheiro Antônio Costa Corrêa. Foi aprovada o relatório, depois de amplamente discutido. E iniciou-se, também, o exame do segundo ponto da ordem do dia — imprensa diária do Partido —, com uma exposição do companheiro Antônio Costa Corrêa acerca das decisões e providências que nesse particular já haviam tomado a Comissão Estadual e a Comissão Executiva Estadual e acerca, ainda, do estudo do assunto feito pelo companheiro Fulvio Abramo.

IMPRENSA DIÁRIA

Na segunda sessão, também realizada na sede, ainda no dia 10, com início às 20,30 horas, teve prosseguimento, primeiramente, o exame da questão da imprensa diária do Partido. Foi aprovada a seguinte proposta, de autoria do companheiro Antônio Costa Corrêa: "A Convenção aprova o plano de lançamento do jornal diário, sob orientação do Partido em São Paulo, autorizando a Comissão Executiva Estadual a tomar as medidas necessárias à sua execução". A seguir, dentro do terceiro ponto da ordem do dia — situação política em São Paulo e questão da sucessão do governo estadual —, o companheiro Plínio Gomes de Melo leu seu relatório, que se discutiu longamente.

Após prolongados e calorosos debates, o relatório do Plínio Melo foi aprovado, bem como suas conclusões, com modificações sugeridas pelo comp. Oliveira S. Ferreira.

Ainda dentro desse ponto da ordem do dia foi aprovada uma proposta do companheiro Antônio Costa Corrêa referente à plataforma socialista para as eleições estaduais de 1950, cujo projeto, elaborado pela Comissão Executiva Estadual e aprovado em princípio pela Comissão Executiva Estadual em reunião de 25-26 de Junho, "Folha Socialista" divulgou em seu número 29, de 15 de Junho. A resolução aprovada dizia: "A Convenção Estadual homologa a plataforma eleitoral são Estadual e autoriza a Comissão Executiva Estadual a fazer no documento as alterações de natureza técnica, ou em questões de minúcia, que forem julgadas necessárias, de conformidade com as sugestões recolhidas no Partido".

AS TESES DA CONVENÇÃO NACIONAL

Na terceira sessão, no dia 11, iniciada às 10 horas, a Convenção, reunida ainda na sede do Partido, começou a apreciação do quarto ponto de sua ordem do dia, ou seja os temas programados para a Convenção Nacional de Outubro. O primeiro desses temas foi a situação internacional, relatada pelo companheiro Antônio Cândido. Decidiu-se que nesse particular constituam o ponto de vista dos socialistas de São Paulo, na Convenção Nacional, os seguintes documentos:

- 1) o documento do companheiro Antonio Cândido, publicado no n.º 35 de "Folha Socialista";
- 2) o documento "A paz mundial e a posição dos socialistas", aprovada pela Comissão Estadual em sua reunião de Jai, em 2-3 de Abril do corrente ano, e publicado por "Folha Socialista" em seu número 26, de 1.º de Maio, e
- 3) as conclusões de um artigo do companheiro Febus Gikovate — "O Partido Socialista e a situação internacional" — publicado no número 34, de 1.º de Setembro, de "Folha Socialista", com alterações sugeridas pelo comp. Antonio Costa Corrêa.

Na quarta sessão, iniciada às 14 horas do domingo, foram discutidas as seguintes teses: Conceito de Socialização, Situação Política Nacional e Diretrizes Nacionais da Política Socialista.

A tese do comp. Febus Gikovate, "Conceito de Socialização", após acalorados debates, foi aprovada com algumas emendas apresentadas pelos comp. Antonio Costa Corrêa e Oliveira S. Ferreira.

Sobre a situação política nacional, foi relator o comp. Alípio Corrêa Neto. Seu relatório, após prolongadas discussões, foi aprovado sem emendas, o mesmo acontecendo com o do comp. Antonio Costa Corrêa, sobre as "Diretrizes nacionais da política socialista".

O último ponto da questão referente à Convenção Nacional, "Diretrizes da Política Agrária Socialista" devido haver-se esgotado o tempo previsto para as discussões, não pôde ser discutido, devendo sê-lo na convenção de outubro, quando então será defendido pelo seu relator, o comp. Fulvio Abramo.

A NOVA COMISSÃO

Ainda na quarta sessão, passou-se, às 18 horas, à eleição da nova Comissão Estadual e dos delegados da secção de São Paulo à Convenção Nacional a realizar-se, no Rio de Janeiro, no próximo mês de Outubro. Foram eleitos para a Comissão Estadual, com mandato por um ano, os companheiros Alípio Corrêa Neto, Alvaro Gomes dos Reis (Jai), Antônio Cândido, Antônio Costa Corrêa, Arnaldo Pedrosa d'Horta, Cid Franco, Febus Gikovate, Francisco Giraldes Filho, Francisco Morato de Oliveira, Henrique Peires (Mogi das Cruzes), Hozair Mota Marcondes, João Carlos de Azevedo (Santos), José Calazães de Araújo, Júlio de Araújo Franco Filho, Luciano Giardino, Luís Lopes Coelho, Nabor da Graça Leite (Bauriv), Oliveira S. Ferreira, Plínio Gomes de Melo, Syr Martins, (Santo André) e Wilson Rahal.

OS DELEGADOS À CONVENÇÃO NACIONAL

Os delegados de São Paulo à próxima Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro são os companheiros Alípio Corrêa Neto, Alvaro Gomes dos Reis, Antônio Cândido, Antônio Costa Corrêa, Arnaldo Pedrosa d'Horta, Eduardo Barnabé, Febus Gikovate, Francisco Morato de Oliveira, Hozair Mota Marcondes, João Carlos de Azevedo, José Calazães de Araújo, Marcelino Serrano, Oliveira S. Ferreira, Plínio Gomes de Melo e Wilson Rahal, ficando como suplentes, na ordem de votação, os companheiros Aristides Prado, Cid Franco, Francisco Giraldes Filho e Syr Martins (todos com 6 votos), Lourival Gomes Machado e Luciano Giardino (com 4 votos), Antônio Pinto de Freitas, Antônio Simões de Almeida, Carlos Anselmo, Cordélia Nóbrega Duarte e Waldemar Godói (tódos com 3 votos).

O COMICIO DE ENCERRAMENTO

Ainda no dia 11, às 21 horas, realizou-se no Largo da Concórdia o comício de encerramento da III Convenção, ao qual, apesar da chuva que caía, affluu regular popular. Falaram diversos oradores, entre eles o comp. João Mangabeira.

SESSÃO SOLENE NAS "CLASSES LABORIOSAS"

Na noite do dia 12, realizou-se a sessão solene de encerramento e lançamento da candidatura Prestes Maia pelo P. S. B.. Ao salão affluu considerável assistência, tendo sido os oradores vivamente aplaudidos.

A Situação Política de São Paulo

(Conclusão da 5.ª pg.)

2 — Proclamação do apoio do Partido Socialista Brasileiro à referida candidatura (Prestes Maia), na base da aceitação de suas reivindicações mínimas consubstanciadas em sua plataforma eleitoral, ressalvando, porém, que ao candidato e aos partidos que lhe deram apoio, não o ligam outros compromissos que seu programa de reivindicações mínimas, pela realização das quais se baterá com todas as suas forças;

3 — Coordenação de medidas políticas e organizatórias destinadas a ampliar o raio de ação do movimento socialista em todo o Estado, de modo a imprimir à campanha eleitoral em torno da candidatura Prestes Maia um ritmo mais conforme com os

objetivos que ela se propõe atingir;

4 — Participação ativa em todas as manifestações e comícios de propaganda da candidatura Prestes Maia, e iniciativa de organização de comitês populares nesse sentido, tanto nas cidades onde ainda não existam, como em fábricas, fazendas, bairros, etc. . .

5 — Denúncia, em todas as oportunidades que se ofereçam, dos verdadeiros desígnios do P.R.P. e da A.B.C.D., como instrumentos da reação que se rearticula contra as conquistas do povo brasileiro, no que se refere às liberdades democráticas e às regalias constitucionais asseguradas aos trabalhadores.

A luta subterrânea...

(Continuação da 8.ª pg.)

turo. Lastimo grandemente que não tenha ainda encontrado nas obras de sociologia existentes, uma avaliação e análise corretas desse novo fenômeno social.

E agora passo a responder às suas perguntas. Tenho muito o que dizer acerca de minhas experiências na Rússia. Mas não posso agora dá-las de começo a fim. Durante cerca de cinco anos fui membro das camadas inferiores da Liga da Juventude Comunista, os chamados Pioneiros. Ali atuei como chefe de um destacamento de juventude. Minha tarefa era educar a juventude no espírito do "marxismo-leninismo". (preparado na cozinha de Stalin!) Na realidade, a tarefa não era difícil, pois eu não tinha mais do que falar sobre o "paraíso" soviético e o "inferno" do mundo capitalista, e apoiar as minhas palavras com citações tiradas dos chefes de partido, etc.

LUTA SUBTERRÂNEA NA UCRANIA

Pergunta-me a respeito do trabalho escravo na Rússia. Penso que muito já foi escrito sobre esse assunto. Um amigo meu escreveu um livro extenso sobre isso com descrições exatas dos campos e mesmo nomes e endereços de seus oficiais. Este livro não foi ainda publicado, pois não é possível imprimi-lo aqui na Alemanha. E duvido que o meu amigo possa publicá-lo mais tarde, pois está seriamente atacado de tuberculose. Talvez venha a ser tarefa minha publicá-lo.

Mas desviei-me do nosso assunto. Depois do irrompimento da guerra e da ocupação da Ucrania pelos alemães, esteve ligado ao movimento de resistência ucraniano (Exército ucraniano de insurreição) que lutou sob o Slogan "Contra Hitler e Stalin". Mencionarei de passagem que este movimento existe ainda hoje na Ucrania Soviética e sua ideologia é minha ideologia.

Depois os nazistas me prenderam e a toda minha família (pai, mãe e irmãos) e nos levaram para os campos de trabalho na Alemanha. Aqui trabalhamos na indústria de guerra e na agricultura até o fim da guerra. Depois do libertação recusamos

voltar a nossa terra e permanecemos na Alemanha como refugiados políticos.

Desde 1945, sou membro do Partido Revolucionário Democrático Ucraniano, que é um ramo do movimento subterrâneo existente na Ucrania Soviética e que mencionei acima. A ideologia desse partido é uma ideologia interessante, e espero no futuro dar-lhe conhecimento dela. Escreverei agora somente sobre alguns pontos principais.

Batem-nos na URSS por uma derubada dessa última classe de exploradores a que chamou de "coletivistas burocráticos" e que na Ucrania Soviética é popularmente chamada de "magnatas bolchevistas". O nosso objetivo é uma verdadeira democracia do povo, isto é, a democratização de toda a estrutura social de nosso país. Batemo-nos contra qualquer espécie de restauração do capitalismo. Por democratização da presente ordem social entendemos o estabelecimento do verdadeiro controle dos trabalhadores, de uma verdadeira sociedade socialista democrática e sem classes. Além disso queremos uma república socialista ucraniana independente, bem como a independência de outras nações da presente URSS, porque a atual União de Repúblicas Socialistas Soviéticas nada mais é do que o antigo Império Russo.

É difícil para nós apoiar financeiramente nossa propaganda no exterior porque nosso movimento aqui no exílio não tem recursos. Por exemplo o governo militar americano não proibiu a publicação de nosso jornal aqui na Alemanha.

Quanto à proposta que faz de enviar-me o seu material, aceito com muito prazer. Leio regularmente Labor Action e às vezes The New International. Não precisa enviar-me essas duas publicações, pois posso obtê-las aqui, de companheiros. Gostaria muito de ler outras publicações, especialmente as do SYL. Além disso estou interessado pelos panfletos de Trotsky, pois tenho poucas oportunidades de lê-los. Por meu lado, enviar-lhe-ei o nosso material e estabeleceremos assim um intercâmbio.

(Continua na 6.ª pg.)

O Partido Socialista e a Situação Nacional

Relator à Conv. Estadual - Alípio Corrêa Neto

Antes da revolução de 1930, graças à instituição de se considerarem os governadores estaduais como árbitros políticos regionais, não foi possível a criação de partidos nacionais. Das atividades políticas se desenvolveram dentro do regime caudillesco do predomínio da vontade de alguns homens. O regime era antidemocrático e incapaz de conciliar-se com os bons costumes administrativos, principalmente porque os chefes, para se manterem na direção e no poder, faziam largas concessões aos seus apoiados e sustentáculos, com grave dano para os sadios costumes da atividade pública.

Esta educação ou deseducação política, porque perdeu alguns decênios, comprometeu muitas gerações e criou uma tradição nefasta de incompreensão da função pública, na qual era a liberdade a primeira sacrificada.

Foi neste ambiente social que eclodiu a revolução de 1930, a qual triunfou com um programa vazio de ideologia. Como a tradição caudillesca era o clima vigente, não houve como evitar evoluessem os hostes revolucionários no sentido da ditadura, expressão máxima do caudilhismo.

Nós tivemos longos anos implantados no país o sistema de governo paradoxalmente denominado de "regime forte", quando era dirigido por homem sem atitude, sem energia, que permitiu descambasse este para a imoralidade, e a desrespeito veio sentar-se à mesa de todas as esferas da administração.

Na sua gestão a ditadura intensificou a corrupção, tornando-a impúdica e impune. Nem mesmo o corretivo moral da crítica foi possível aplicar-se para coibir as manifestações mais agudas e despuddadas do desrespeito às conveniências públicas. As opiniões disidentes eram obstadas pela mão forte da polícia política.

Se no regime pseudo-democrata anterior a 1930, se anatematizava, sem grande resultado prático, os liberticidas detentores do poder, na ditadura os demandos foram quindados às posições legais, amparados pelo arremedo de uma constituição e pelos decretos-leis nazifascistas.

O governo tornou-se demagogo e embrenhou-se pelo terreno das promessas faceis ao trabalhador, inculcando-se seu protetor, criando no espírito das massas o preconceito de que não está nos leis o verdadeiro princípio das garantias sociais, senão na ação providencial de alguns homens ou de um só homem, para ser mais exato.

Assim estavam as coisas quando a situação internacional, depois da guerra, refletiu-se poderosamente no

Folha Socialista

nosso país, e o célebre "regime forte" se desfez num branco golpe militar.

Quando chegaram as eleições gerais, o país estava em profundo calmaria de indiferença política; a superfície das águas do largo mar da ação partidária só era movimentada pelo germe do futuro e demagógico partido trabalhista, semente germinada na ventre da ditadura, graças à constante propaganda do Ministério do Trabalho.

A democracia aparecia inexperiente a lidar com as três tendências fundamentais e de feições mal definidas: a) os antigos políticos remanescentes, pejados ainda de tendência reacionária; b) o pseudo-trabalhismo, realmente apoiado por respeitável massa trabalhadora ludibriada e enganado; c) e os burgueses mais ou menos honestos e conservadores. Para concorrerem às eleições tinham estas tendências diversas de se arregimentarem, de se unirem e formarem os partidos nacionais.

Rompidos as comportas repressoras da ditadura, as águas da opinião derramaram-se em várias direções, sem tomar um leito definitivo, entrecrocando-se e mudando de rumo sem orientação certa, sem objetivo seguro. E na crista das ondas formadas pelo entrecrochar-se das águas revoltas encavalaram-se alguns oportunistas, saqueiros de poder, movidos pela ambição do mando e dos proventos de origem inconfessável, na ânsia de formação de correntes partidárias, ou perturbando a normal sedimentação das existentes.

Assim é que desta primitiva confusão se vão identificando, ainda na penumbra, os vultos das tendências políticas.

O Partido Social Democrático encaixou a mentalidade reacionária dos remanescentes das antigas facções políticas do chamado "perrepsismo", tendo lastreado o seu poderio com a adesão dos detentores do poder financeiro e econômico nacionais. Constitue o P.S.D. o apriso onde dominam e atuam a força da reação.

Para a União Democrática Nacional marcharam os idealistas conservadores, com tendência mais liberal, que já antes de 1930 se tinham manifestado contra a oligarquia vigente através de várias campanhas eleitorais, culminadas no movimento mais continuado, que foi o extinto Partido Democrático. A U.D.N. tem a sua grande bandeira no pregão da honestidade administrativa e no intransigente respeito à lei. Na realidade e no fundo é, no entanto, partido caracteristicamente conservador.

O Partido Trabalhista é originário de campanha demagógica e insincera à sombra da ditadura. Constituiu-se com opio na massa trabalhadora ingênua e crédula, vindo na pessoa do ex-ditador, a figura "antonio-conselheira" de um prateador. Acolheu em seu seio grande número de negociatas ambiciosas e tomou a listonomia de uma agremiação inconsistente, que frequentemente se desfaz e se refaz a mercê das golpes e contragolpes dos seus chefes incapazes de levantarem as massas, de que dispõe, para constituírem uma força que bata pelos ansiosos e reivindicações da população trabalhadora. Assim é porque o seu programa é mal definido, não contém princípios e fundamentos que se possam realmente coadunar com os interesses do proletariado e da classe média.

O Partido Republicano tem as características conservadoras udenistas, coloridas melancolicamente de um certo grau de saudosismo representado no prestígio social de dois antigos presidentes da República; lico, portanto, com a sua atividade reduzida a São Paulo e Minas Gerais quase que exclusivamente.

Ainda sobrou uma nega de opinião que se reparte entre os pequenos partidos, os quais não alcançam pelo poderio eleitoral, repercussão maior no âmbito nacional. De dois deles, no entanto, se torna necessário falar — o P.S.P. e o extinto P.C.B.

(Continua na 6.a pg.)

III Convenção Estadual de São Paulo



O clichê mostra um aspecto do comício de encerramento da III Conv. Estadual de São Paulo, quando falava o comp. João Mangabeira. (Noticiário na 7.a pag.)

A LUTA SUBTERRANEA NA U. R. S. S.

N. R. A carta que transcrevemos abaixo foi remetida ao secretário da "Socialist Youth League", nos Estados Unidos, por um militante da oposição socialista ao governo russo. Tendo militado nas fileiras resistentes da Ucrânia, teve o correspondente a oportunidade de combater tanto os stalinistas quanto os nazistas, antes de ser obrigado a fugir para a Alemanha, onde atualmente se encontra. Ela dá bem uma ideia da situação vigente na Rússia, tendo a vantagem de ser escrita por uma pessoa que permanece fiel ao ideal de emancipação social que anima os socialistas de todo o mundo, na sua luta contra o regime capitalista e as formas de opressão social e política.

Caro Camarada,
Recebi com grande prazer a sua interessante carta. Fiquei muito contente de saber por meio dela, do seu amplo conhecimento de política e ideologia do socialismo científico. É exatamente isso o que tenho procurado. Portanto, espero que teremos muito o que discutir sobre as bases da ciência do socialismo e do seu desenvolvimento histórico.

Nesta carta desejo dar-lhe resumidamente a minha opinião sobre as respostas que apresentou às perguntas que fiz na minha primeira carta, e também responder às suas perguntas. Falar-lhe-ei sobre mim, e a minha experiência na URSS. Nas nossas cartas subsequentes, espero, poderemos discutir mais amplamente as nossas atitudes e bases ideológicas.

As bases ideológicas da SYL tal como explicou, são quase que as minhas. O slogan "Nem Washington nem Moscou", o caminho revolucionário da luta, a avaliação da terceira guerra mundial que se prepara, o objetivo de uma sociedade democrática igualitária no socialismo — todos esses pontos são idênticos às minhas próprias ideias.

Devo acrescentar apenas isto: que na luta contra a Rússia totalitária, defendo a linha da revolução como sendo o único meio praticamente possível; nesse interim, na luta contra o capitalismo, conquanto não prefira o caminho de um reformista deve-se escolher também o caminho democrático de luta por ser impossível agora a via da revolução. A fim de levá-la a cabo, é preciso orga-

nizar verdadeiros partidos operários com objetivos e programas claros. PONTO DE VISTA DA RUSSIA

A sua atitude em relação à Rússia é igual à minha. É muito interessante para mim o fato de que considere a classe dirigente russa como uma classe social, conquanto os meios de produção não sejam sua propriedade privada. Tanto quanto posso saber, este ponto é um dos muitos que, muito lastimo — causam divisão nos grupos trotskystas europeus e americanos. Na minha opinião, Trotsky errou grandemente, continuando a falar em "estado proletário" na Rússia, ainda em 1939. Penso que desde o fim dos anos 20 não existe mais na Rússia estado proletário, devido à ausência de democracia. A estrutura social da Rússia nos nossos dias é uma nova ordem social, que se desenvolveu partindo da degenerescência da revolução, de que ninguém teve conhecimento prévio, nem jamais imaginou. A existência de uma tal ordem na sociedade de hoje, cumpre à ciência social aprender a analisá-la, a fim de tirar conclusões para o futuro. (Conclusão da 7.a pg.)

REARTICULAM-SE OS INTEGRALISTAS

Ribeirão Preto - A Ação Integralista Brasileira, sob o rótulo de Partido Representação Popular, tem um programa semanal na rádio emissora local, que é uma verdadeira afronta aos brasileiros. Dos elementos que dirigem o programa, destaca-se um integralista alemão que mal balbucia o português e que, num sotaque germânico, militarista e totalitário, dirige suas palavras cheias de ódios e rancores aos democratas sinceros que, por seu temperamento pacífico, não lhe respondem.

Ultimamente, os integralistas assestaram suas armas estraçalhadas na última guerra contra o

nosso Partido, taxando-o de quislingo do Partido Comunista, quando eles bem sabem quem somos, o que queremos e para onde vamos. O Partido Socialista Brasileiro que tem seu programa definido, bem representando as aspirações socialistas do povo brasileiro, lutando pela emancipação dos trabalhadores, contra a exploração do homem pelo homem, contra a demagogia e o aventureirismo político dos vende-pátrias, deixa aqui esta resposta bem conhecida, ao cacarejar das galinhas-verdes: "enquanto os cães ladram, a caravana passa".

PEDRO TARLÁ